

## SIMULADO LEI N. 12.796/2013

**1.** (FUNRIO/2015) A Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei n. 9.394 de 1996, no que tange à obrigatoriedade da educação básica e gratuita, determina que seja da idade de

- a)** 3 (três) aos 17 (dezesete) anos.
- b)** 4 (quatro) aos 16 (dezesete) anos.
- c)** 5 (cinco) aos 17 (dezesete) anos.
- d)** 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos.
- e)** 5 (cinco) aos 16 (dezesesseis) anos.

**2.** (IADES/2014) Em 2013, com o advento da Lei n. 12.796/2013, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou por importantes mudanças, talvez as maiores desde a sua promulgação. Acerca de o que essas duas leis dissertam a respeito de educação inclusiva, assinale a alternativa correta.

- a)** A lei garante atendimento educacional especializado gratuito somente aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.
- b)** Um avanço significativo da Lei n. 12.796/2013 é a obrigatoriedade de o atendimento inclusivo ocorrer em instituições de educação especial.
- c)** Entre os avanços significativos que a Lei n. 12.796/2013 trouxe, está a mudança da nomenclatura dos educandos contemplados pela educação inclusiva e pelo atendimento educacional especializado.
- d)** A lei garante atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
- e)** A Lei n. 12.796/2013 trata exclusivamente da educação inclusiva, não trazendo grandes acréscimos para outros segmentos ou modalidades da educação nacional.

**3.** (AMAUC/2016) Em quatro de abril de 2013, aprovou-se a Lei n. 12.796, que alterou a LDB n. 9394/96. Essa alteração refere-se à obrigatoriedade de matrícula e de frequência das crianças de 4 e 5 anos de idade na Educação Básica. Seguindo os princípios da Lei n. 12.796/13, com relação à frequência das crianças do Pré-Escolar, é CORRETO afirmar:

- a)** A criança deverá frequentar no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de horas.
- b)** A criança deverá frequentar no mínimo 80% (oitenta por cento) do total de horas.
- c)** A criança deverá frequentar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas.
- d)** A criança deverá frequentar no mínimo 70% (setenta por cento) do total de horas.
- e)** A criança deverá frequentar 100% (cem por cento) do total de horas.

**4.** (CETRO/2014) Conforme a Lei n. 12.796/2013, que altera a Lei n. 9.394/1996 (LDBEN), é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula na educação básica a partir dos

- a)** 3 anos de idade.
- b)** 4 anos de idade.
- c)** 5 anos de idade.
- d)** 6 anos de idade.
- e)** 7 anos de idade.

**5.** (CESGRANRIO/2016) O acesso à educação é direito público subjetivo e deve ser obrigatório, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/1996), com redação dada pela Lei n. 12.796/2013, na idade de

- a)** 4 a 14 anos.

- b)** 4 a 17 anos.
- c)** 5 a 17 anos.
- d)** 7 a 14 anos.
- e)** 7 a 17 anos.

(CESPE/2017) De acordo com a Lei n. 12.796/2013, julgue os itens subsequentes, a respeito da oferta de matrícula na educação infantil.

**6.** As pré-escolas devem atender crianças de quatro a cinco anos de idade.

**7.** A criança que completar seis anos de idade até o dia trinta e um de julho deve ser matriculada no primeiro ano do ensino fundamental.

**8.** A educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.

**9.** (FGV/2016) A educação escolar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96, é dever da família e do Estado. Cabe ao Estado garantir, a partir da nova redação do Art. 4º da LDB instituída pela Lei n. 12.796, de 2013:

- a)** educação básica obrigatória e gratuita dos seis aos quatorze anos de idade.
- b)** educação infantil e ensino fundamental obrigatórios e gratuitos.
- c)** ensino fundamental e ensino médio obrigatórios e gratuitos.
- d)** educação básica obrigatória e gratuita a todos que desejarem cursá-la.
- e)** educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade.

**10.** (UFMA/2016 – adaptada) Assinale a alternativa que corresponde ao Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou a ter uma nova redação dada pela Lei n. 12.796 de 2013. Entende-se por Educação Especial para os efeitos da LDBEN:

- a)** o nível de educação escolar voltado para alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais.
- b)** a modalidade de ensino escolar sob o princípio da inclusão por meio de salas multifuncionais.
- c)** a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.
- d)** a etapa da Educação escolar oferecida obrigatoriamente para alunos com Altas Habilidades e em salas multifuncionais.
- e)** a modalidade de educação escolar ofertada obrigatoriamente na rede pública para alunos com deficiências múltiplas.

**11.** (COTEC/2015) A questão refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, incluindo a redação dada pela Lei n. 12.796, de 2013. Nos termos do inciso I do art. 4º da LDBEN, a educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, será organizada da seguinte forma:

- a)** educação infantil, pré-escola e ensino fundamental.
- b)** ensino fundamental e ensino médio.
- c)** pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.
- d)** ensino fundamental, ensino médio e ensino profissionalizante.

**12.** (COTEC/2015) A questão refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, incluindo a redação dada pela Lei n. 12.796, de 2013. Conforme o inciso III do art. 4º da LDBEN, o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal, a todos os níveis, etapas e modalidades será oferecido:

- a)** em escolas de educação especial.
- b)** preferencialmente na rede regular de ensino.
- c)** em escolas especializadas para atendimento aos alunos com deficiência.
- d)** em unidades de atendimento às crianças com deficiência física e/ou mental, segundo o grau de deficiência de cada um.

(CESPE/2017) De acordo com a Lei n. 12.796/2013, julgue o item subsequente, a respeito da oferta de matrícula na educação infantil.

**13.** A educação infantil deverá ser oferecida para as crianças de quatro a cinco anos de idade, a se completarem em qualquer data do ano letivo em curso, em pré-escolas de tempo integral.

**14.** (FUNRIO/2016 – adaptada) Analise, com base na Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as assertivas relacionadas à organização da Educação Infantil, de acordo com as seguintes regras comuns:

- I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, exceto para o acesso ao Ensino Fundamental.
- II – carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 180 dias de trabalho educacional.
- III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 horas diárias para o turno parcial e 7 horas para jornada integral.

Segundo a Lei n. 12.796, de 04/04/2013, estão contempladas, correta e plenamente, as regras comuns relacionadas na alternativa:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III
- d) III.

**15.** (FUNRIO/2016) Uma das últimas conquistas da educação brasileira diz respeito à obrigatoriedade e gratuidade da educação básica. A Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013, alterou o artigo 4º da LDBN n. 9.394, de 1996, no que diz respeito à idade de entrada da criança na escola. Agora, é dever dos pais matricular seus filhos na escola e obrigação das redes de ensino oferecer vagas para todas as crianças a partir de

- a) seis anos.
- b) sete anos.
- c) dois anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

**16.** (FUNRIO/2014 – adaptada) A Lei n. 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Art. 5º, do Título III, da LDB/96, que dispõe sobre o direito à educação e o dever de educar, foi emendado pela Lei n. 12.796, de 2013, assumindo a nova redação dada, que amplia a obrigatoriedade de oferta de acesso à educação básica obrigatória, e não apenas ao ensino fundamental.

Assim sendo, o Art. 5º estabelece que “o acesso à educação básica obrigatória, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo”, está garantido por ser um direito público

- a) subjetivo.
- b) genérico.
- c) abrangente.
- d) complementar.
- e) estruturado.

**17.** (FUNRIO/2014 – adaptada) O Art. 26 da LDB n. 9.394/96 estabelece que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” (Redação dada pela Lei n. 12.796, de 2013) No § 1º desse artigo, a lei aponta que os currículos a que se refere o *caput* devem abranger o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil

- a) parcialmente.
- b) impreterivelmente.
- c) ordinariamente.
- d) obrigatoriamente.
- e) principalmente.

**18.** (IDECAN/2016 – adaptada) Analise os trechos correlatos.

I – “A Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/1996) declara que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E, ainda, no Art. 3º, que o ensino deve ser ministrado com observância dos princípios de: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público na forma dessa lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

ASSIM

II – “A educação como direito social, conforme o Art. 6º da Constituição Federal, deverá ser garantida para todos e de forma equânime, por isso os princípios do direito à educação constantes na LDB, nos Arts. 2º e 3º. Com a Lei n. 12.796, de 2013, incluiu-se nova redação ao Art. 3º, acrescentando-se, como um dos princípios, a consideração com a diversidade étnico-racial.”

Assinale a alternativa correta.

- a)** Os trechos I e II são falsos.
- b)** O trecho I é verdadeiro, e o II é falso.
- c)** O trecho I é verdadeiro, e o II complementa o I.
- d)** O trecho I é verdadeiro, e o II não complementa o I.



## GABARITO

1. D
2. C
3. A
4. B
5. B
6. C
7. E
8. C
9. E
10. C
11. C
12. B
13. E
14. D
15. D
16. A
17. D
18. C